

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E ANTIMARXISMO:
algumas notas**

Marcelo Paula de Melo¹
Uniabeu e Ise-Faetec. Coletivo de Estudos de
Política Educacional-EPSJV/FIOCRUZ

RESUMO

O objetivo desse artigo é debater como a obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos apresenta uma série de posicionamentos nitidamente antimarxistas. Em função de sua reconhecida influência no debate teórico e político não apenas na cena brasileira, mas em diversos países da América Latina, faz-se necessário um debate teórico com este autor no sentido de enfrentar e contrapor esse antimarxismo que se dilui não só na vida acadêmica brasileira e mundial. Para tal, tem sido realizada uma vasta revisão bibliográfica de diversas obras do autor português, em diferentes momentos históricos, sobretudo sua produção a partir dos anos 1990.

Palavras-chave: Antimarxismo, Santos, Boaventura de Sousa, crítica, esquerda.

**BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS AND ANTIMARXISM:
some notes****ABSTRACT**

The goal of this article is to discuss how the work of the Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos presents a series of clearly antimarxist positions. According to his known influence inside the theoretical and political debate, not only in the Brazilian scene, but in several countries in South America, a theoretical debate is needed with this author in order to face and counter this antimarxism which dilutes not only in the academic life in Brazil but in the world. In order to perform this, a wide bibliographic review of the Portuguese author has been made considering different historical moments, especially his production from the 1990's.

Keywords: Antimarxism, Santos, Boaventura de Sousa, critical and left

Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo. Ainda assim, a crítica do capitalismo anda fora de moda. (...) No exato momento em que se necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista, grandes seções da esquerda intelectual, em vez de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais necessários, dão amplos sinais de que pretendem abandoná-los. (...) Os intelectuais da esquerda, então, vêm tentando definir novas formas, que não contestação, de se relacionar com o capitalismo (WOOD, 2003, p 13).

Primeiros passos

O pensador português Boaventura de Sousa Santos é uma das mais conhecidas personalidades das ciências sociais dos últimos tempos, com forte presença na cena acadêmica brasileira, tendo sido ao longo dos anos 1990 e 2000 um interlocutor recorrente de parte da dita esquerda brasileira e latinoamericana- estas com cada vez menos expressões anticapitalistas em suas fileiras. Com diversas obras publicadas em português e espanhol, acreditamos que seja um autor muito lido nestes dois idiomas em diversos países do continente americano, tendo chegado a receber diversos prêmios no Brasil e em alguns outros países latinos. Além do debate acadêmico, Santos tem uma proximidade com partidos políticos que se auto-declaram de esquerda- como o Partido dos Trabalhadores- e alguns movimentos sociais na América Latina, como o Fórum Social Mundial, movimentos altermundistas e alguns movimentos indígenas nos países andinos. Diante disso, é com extrema preocupação que se observa uma postura antimarxista em muitos momentos dessa extensa obra. Isso se deve a alta absorção de sua obra na América Latina, uma vez que propaga a negação de uma teoria central para nortear os rumos da esquerda na luta anticapitalista.

Em si o antimarxismo- ora acompanhado ora não do anticomunismo- é uma postura presente em diversos da história recente das sociedades capitalistas centrais e periféricas (Hobsbawm, 2005). Não é novidade o embate teórico contra a concepção de mundo que busca abarcar radicalmente a totalidade da ordem social burguesa visando sua superação. De muitas formas, esse antimarxismo busca diluir a possibilidade do marxismo ser apropriado por diversos sujeitos políticos coletivos da classe trabalhadora e com isso orientar suas ações políticas anticapitalistas. O fato desse antimarxismo ser alimentado por um sociólogo como Boaventura de Sousa Santos acaba levando mais água ao moinho da dominação burguesa por conta de sua aproximação com movimentos sociais e partidos que, em tese, se apresentam como questionadores de aspectos da ordem social burguesa.

Alguns dados dão materialidade à penetração de Santos no cenário acadêmico brasileiro e latino. Segundo informações disponíveis em seu currículo na internet², o autor possui nove títulos publicados no Brasil, sendo que a obra **Pela Mão de Alice- o social e o político na Pós-modernidade**, (Cortez, 1995) teve recentemente sua 12ª Edição esgotada, e a obra **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência** (Cortez, 2000) está atualmente em sua sétima edição. Além disso, possui 18 obras publicadas em espanhol em diversos países latinos, além da própria Espanha. Além disso, possui vasta atuação como organizador de livros, sendo que no Brasil existem oito títulos por ele organizados. Ao mesmo tempo esse autor tem, comparativamente, poucas obras publicadas em Inglês (3 livros autorais e 9 como organizador), francês (1 livro autoral) e italiano (2 livros autorais e 2 como organizador).

Nesse texto nos concentraremos em como a extensa obra do pensador português apresenta elementos que, embora gozem de amplo prestígio em parte da chamada- e muitas vezes auto intitulada- esquerda latino-americana, são em muitos momentos funcionais ao projeto neoliberal de sociedade enquanto expressão da dominação burguesa em nosso tempo. Dentre esses elementos estão uma Teoria de Estado acima das classes sociais, uma concepção de sociedade civil como terceiro setor em parceria com o Estado (Melo, 2008). Especificamente, este texto irá debater acerca da presença de uma postura notadamente antimarxista. Tal postura ora é velada e clara, ora se manifesta de maneira menos direta.

Para tal, tem sido realizada uma vasta revisão bibliográfica de diversas obras de Santos, em diferentes momentos históricos, sobretudo sua produção a partir dos anos 1990, quando começa a figurar com mais presença nas ciências sociais brasileiras. A realização de um artigo crítico ao conjunto da obra de algum pensador em especial implica no

acompanhamento de um conjunto considerável de obras do referido, se se pretende ser fiel ao propósito. Além de limitado do ponto de vista científico, fazer um texto dessa natureza considerando apenas poucos textos do autor que se propõe contrapor seria no mínimo leviano. Outro cuidado metodológico é realizar o maior número possível de citações literais do autor. Se a proposta é apontar uma determinada tendência na obra de um algum pensador a primeira tarefa é dar voz ao referido. Ainda que possa se tornar cansativo ao leitor, é necessário em nome do cuidado de não atribuir ao autor pensamentos e posições. Tendo o debate travado a partir das posições literais do autor, os leitores terão maior clareza no julgamento se a missão realmente foi cumprida, e se a mesma tem relevo científico. Apenas para lembrar, a tarefa desse artigo é mostrar como há uma postura nitidamente antimarxista em diversos momentos da obra de Boaventura de Sousa Santos. Tal antimarxismo se apresenta no debate epistemológico, mas também no debate propriamente político.

Dentre as obras que iremos debater estão a já citada **Pela Mão de Alce** (Santos, 2006b), obra publicada originalmente em 1994 no Brasil, fruto de uma coletânea de artigos escritos pelo autor ao longo dos anos 1980 e 1990, além de alguns então inéditos. Esta obra tornou o autor conhecido no Brasil. Aqui há uma pelo autor de apontar o que chama de elementos da transição paradigmática para a pós-modernidade- sendo que a descrição desse processo foi rechaçada pelo autor em obras dos anos 2000 (Santos, 2006a, 2006b). Nesse percurso, Santos traz uma série de reflexões acerca do Estado e da sociedade civil, do lugar do marxismo, das classes sociais e das lutas sociais no bojo dessa dita transição paradigmática para a pós-modernidade. Também será dedicada atenção a obra **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**, publicada originalmente em Buenos Aires pelo Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) (Santos, 2006a)-, lançada em 2007 no Brasil pela Editora Boitempo. Além dessas, outra obra lançada pela CLACSO na Argentina (e também na Espanha, Cuba, Equador), cujo título é **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado** (Santos, 2005), também será fonte nesse texto. Nesta última, Santos traz debates acerca do contexto político contemporâneo e de possíveis alternativas segundo sua concepção. Isso faz com que dedique considerável atenção ao debate do Estado e da sociedade civil. Também serão consideradas nesse texto aspectos das obras **A Crítica da Razão Indolente** (Santos, 2000) e um texto escrito como introdução geral à coleção **Vozes do Mundo** coordenada pelo sociólogo português publicada em diversos países (Santos, 2002).

Marxismo como alternativa irrealizável

No conjunto da obra de Santos há um debate declarado ou não com o marxismo em várias questões. Dentre os temas mais recorrentes estão aqueles acerca de uma perda da atualidade do marxismo, implicando em limites epistemológicos e políticos para orientar as ações dos trabalhadores e/ou aqueles que se contraponham ao atual estado de coisas, a relação entre economia e política, o papel dos organismos na sociedade civil e do Estado na atual fase do capitalismo. Em muitas passagens da obra do autor português a menção a determinada concepção da teoria social marxista e marxiana e sua contraposição não se dá de forma direta, mas indiretamente.

Santos faz questão de apresentar suas posições como distante das teorias marxistas, ainda que algumas vezes não declare isso diretamente, mas sendo plenamente perceptível isso em suas obras. Na obra do pensador português isso fica claro quando, debatendo

acerca das alternativas teóricas e societais ao contexto sócio-político atual, aponta a necessidade de:

El primer principio es que no basta con elaborar alternativas. El pensamiento moderno en torno a las alternativas ha demostrado ser extremadamente propenso a la inanición, ya sea por articular alternativas irrealistas que caen en descrédito por utópicas, ya sea porque las alternativas son realistas y, por ello, susceptibles de ser cooptadas por aquellos cuyos intereses podrían verse negativamente afectados por las mismas. Necesitamos por lo tanto un pensamiento alternativo sobre las alternativas (2005, p.37, grifo nosso).

Nessa passagem salta aos olhos o primeiro indício de que Santos toma o marxismo com o que chama de alternativa irrealista, para usar uma expressão do autor, ainda que no texto não se refira nominalmente ao marxismo. Não só irrealista como também utópica em demasia, levando ao que chama de inanición.

Santos aponta que “o mundo possui uma diversidade epistemológica inesgotável e nossas categorias são muito reducionistas” (2006a, p. 20) e justamente por isso “**non es posible una epistemologia general, nos es posible hoy una teoria general**. La diversidad del mundo es inesgotable, no hay teoria general que pueda organizar toda esa realidad. (...) pero necesitamos de una teoria sobre la imposibilidad de una teoria general” (Idem, p. 32, grifo nosso). Nesse debate epistemológico, em direção ao que chama de Sociologia das Emergências, Boaventura Sousa Santos busca apresentar uma contraposição teórica para (supostamente) fundamentar alternativas políticas alternativas, seja lá o que isso signifique.

Aqui temos que comentar essa passagem emblemática. A primeira sobre o que chama de impossibilidade de uma epistemologia geral devido a intensa diversidade do mundo. Ainda que esse fato seja incontestável, também é inegável que quase a totalidade do globo está sob o regimento de dominação do capital, tendo como classe dominante a burguesia em suas diversas frações e expressões variadas nas diversas formações sociais. Os mecanismos de extração de mais valia sem dúvida variam em muitos países. O que não quer dizer que não haja elementos que possibilitem uma análise do conjunto da relação social capitalista.

Quando o sociólogo português aponta seu projeto internacional de pesquisa intitulada REINVENTAR A EMANCIPAÇÃO SOCIAL, compostos por cinco temas em que se procura “... experimentar caminhos novos de produção do conhecimento e averiguar as possibilidades de emancipação social” (Santos, 2002, p. 24). Os temas são democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório, a justiça e a cidadania culturais; a biodiversidade e os conhecimentos rivais; e o novo internacionalismo operário. Menos do que a análise do projeto em si, o que demandaria outro objeto de pesquisa, o que escapa as nossas possibilidades, o que nos importa é a presença de antimarxismo na apresentação da pesquisa. Isso fica notório quando o autor faz a seguinte pergunta: “Se é possível detectar alguma coerência entre eles [os cinco temas], essa coerência pode ser estabelecida sem recorrer a uma teoria geral da qual há muito nos desiludimos por ser demasiado teórica e muito pouco geral?” (IBIDEM). A tal teoria geral ilusória, por ser demasiado teórica seria o marxismo? A resposta positiva a essa noção se faz presente.

Uma epistemologia consagrada da pequena política. Nesse sentido, pode-se dizer que tais encaminhamentos implicam na negação de uma abordagem sistêmica da dominação capitalista, atingindo apenas aspectos parciais do processo, que sem dúvida são

relevantes e necessários de serem debatidos e enfrentados, mas que não implicam em enfrentamentos à dominação burguesa que caracteriza e radicaliza as diversas formas de opressão social.

Isso também fica explícito quando o sociólogo português afirma que o neoliberalismo, por estar vinculado não a uma nova forma de liberalismo, mas sim um novo conservadorismo, teria contribuído para por tanto o liberalismo, como o marxismo em crise profunda (Santos, 2002, p. 30). Menos do que análise do neoliberalismo desvinculado de sua característica central de ser não só uma teoria política legitimadora da dominação burguesa no fim do século XX e início do XXI, mas também uma nova face do projeto histórico organizador dessa dominação, o que nos chama atenção é afirmação da crise profunda do marxismo por conta dessa vinculação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. A crise do marxismo, se tomada como uma perda de espaço da esquerda marxista na vida política recente, deve ser tomada como uma vitória parcial na luta de classes por parte do conjunto da burguesia. Aqui sim radica a crise do marxismo, sem minorar a responsabilidade dos próprios marxistas- tanto teóricos como dos partidos políticos- nesse processo.

Tal concepção tem levado Santos ao debate tanto das alternativas teórica quanto políticas a conjuntura atual. Mas isso é feito numa perspectiva que não aponte para resistências sistêmicas a ordem do capital, mas em espaços locais. Isso se deve ao fato de que

a esperança não reside, pois, num princípio geral, que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito, alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares exceto naqueles em que ocorrem efetivamente (Santos, 2000, p. 36).

No tocante a tais debates, Ellen Wood (2003, p. 14) nos faz algumas perguntas que lançam luz sobre como essa pretensa posição crítica permite um grande anteparo à crítica radical ao sistema social capitalista. Pergunta a autora:

existe, em teoria, fuga melhor da confrontação com o capitalismo, o sistema mais totalizador que o mundo já conheceu, do que a rejeição do conhecimento totalizador? Existiria, na prática, obstáculo maior a qualquer coisa além das resistências locais e particulares ao poder global e totalizante do capitalismo que o sujeito fragmentado e descentrado? Existiria desculpa melhor para a sujeição *à force majeure* do capitalismo do que a convicção de que seu poder, ainda que difuso, não tem origem sistêmica, não tem lógica unificadora, nem raízes sociais identificáveis?

Nesse sentido, concordo com Wood que tal concepção professada por Sousa Santos representa um grande alento a solidez do regime do capital.

Uma epistemologia antimarxista (e pós-moderna)

No debate mais propriamente epistemológico, o antimarxismo de Santos também se mostra presente em diversos momentos.

Uma questão que o autor defende é a necessidade de uma ampliação da imaginação sociológica, visto que:

o conflito leste-oeste foi um dos grandes responsáveis por que durante todo o século XX a sociologia tivesse sido feitas com as teorias e conceitos que nos foram legados pelo século XIX. O fim do conflito leste-oeste cria uma oportunidade única para a criatividade teórica e para a transgressão metodológica e epistemológica e essa oportunidade só será desperdiçada se nos esquecermos que o fim do conflito Leste-Oeste corre de par com o agravamento do conflito norte-sul (2006b , p. 19).

O que Santos chama conflito leste-oeste podemos dizer que se trata dos embates entre os projetos históricos socialista e capitalista. Segundo o autor isso tem levado a utilização de teorias sociais do século retrasado, incapazes de apreender novas questões trazidas. Quando ele aponta o fim do conflito está em mente o fim do chamado socialismo real visto que o que chama de oeste ou o capitalismo, continua pungente. Se realmente houve fim da chamada guerra fria nos termos anteriores o conflito capitalismo e socialismo não se encerrou. A alegada criatividade teórica e transgressão metodológica e epistemológica tornaram-se uma teoria social amplamente conformada aos marcos do capitalismo. Mais do que isso salta aos olhos é defesa de uma permanência da sociologia ao século XIX. Ainda que menção inclua outros clássicos das ciências sociais como Weber, Durkheim e Marx, sem dúvida a questão central de Sousa Santos é com este último, dedicando-lhe inclusive um capítulo no livro *Pela Mão de Alice*.

Para Santos as grandes teorias sociais que marcaram o mundo moderno hoje são deveras problemáticas para trazer respostas para o mundo contemporâneo. Dentre essa sem dúvida o marxismo é uma dessas visões que “no parecem servinos totalmente em este momento” (2006a, p.43), sobretudo quando seria a hora de passar do diagnóstico para uma visão de futuro.

Santos faz a crítica da visão marxiana de que o capitalismo representa um progresso social comparado com as formas de vida anteriores. Para justificar-se traz o debate acerca do colonialismo que segundo ele desautoriza considerar que capitalismo teria sido um fator de progresso. Por isso, o marxismo não seria uma alternativa de análise e orientador de ações políticas em nosso tempo, já que a “la razon que critica no puede ser la misma que piensa, construye y legitima lo que es criticable” (SANTOS, 2006a, p. 44). Em nome disso o autor clama por uma reinvenção da teoria crítica.

Nesse sentido, Santos empreende uma crítica a noção de totalidade, que segundo ele seria constitutiva da teoria crítica moderna, ainda que seu alvo seja diretamente o marxismo. Para nosso autor,

teoria crítica moderna concebe a sociedade como uma totalidade e, como tal, propõe uma alternativa total à sociedade que existe. A teoria marxista é exemplar a este respeito. A concepção de sociedade como totalidade é uma construção social como qualquer outra. O que a distingue das construções rivais são os pressupostos em que assenta. Tais pressupostos são os seguintes: uma forma de conhecimento ele próprio total como condição de abarcar credivelmente a totalidade social; um princípio único de transformação social, e um agente coletivo, igualmente único, capaz de levar a cabo (...) (2000, p. 26).

Essa característica é comum nos pensadores que se afirmam pós-modernos. Ellen Wood (1999, p. 13) apresenta uma importante formulação que nos permite não apenas compreender tais posições, mas nos fornece armas para contrapor tal concepção. Para ela a esquerda pós-moderna consegue combinar dois princípios fundamentais do pós-modernismo: um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos. Segundo Wood:

até mesmo uma política anticapitalista é por demais ‘totalizante’ ou ‘universalizante’. Não se pode sequer dizer que o capitalismo, como um sistema totalizante, exista no discurso pós-moderno. Na verdade, a ‘política’, em qualquer um dos sentidos tradicionais da palavra, ligando-se ao poder dominante de classes ou Estados, ou à oposição a eles, é excluída, cedendo lugar a lutas fragmentadas de políticas de ‘identidade’ ou mesmo ao ‘pessoal como político (IBIDEM).

Nesse caso, salta aos olhos o projeto de Santos como eventual antagonista ao projeto marxista. Tanto que em sua crítica defende que o referido único princípio de transformação social da teoria crítica moderna – ainda que lidando especificamente e muitas vezes de forma não declarada com o marxismo- se “... assenta na inevitabilidade de um futuro socialista gerado pelo desenvolvimento constante das forças produtivas e pelas lutas das classes em que ele se traduz” (Santos, 2000, p. 27).

Buscando contrapor-se a tal visão, Santos afirma que em sua concepção

não há um princípio único de transformação social, e **mesmo aqueles que continuam a acreditar num futuro socialista vêem-no como um futuro possível, em concorrência com outros futuros alternativos. Não há agentes históricos únicos, nem força única de dominação.** São múltiplas as faces da dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas (2000, p. 27, grifo nosso).

Diante disso, temos em Santos a defesa de que, “na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum” (2000, p. 27, grifo nosso).

Nessa tentativa de estabelecer uma nova teoria crítica, uma sociologia das emergências, Santos intenta contrapor as teorias que apregoam não haver nenhuma forma de alternativa ao projeto dominante. Afirma haver muitas alternativas, e que por isso seria fundamental intensificar a vontade de transformação social, e a criação de subjetividades rebeldes. Para isso, ainda que sem mencionar, começa um debate que parece ter como alvo o marxismo. Segundo o autor é preciso fazer uma:

crítica a la razón indolente, perezosa, que se considera única, exclusiva, y que no se ejercita lo suficiente como para poder mirar la riqueza inagotable del mundo. Pienso que el mundo tiene una diversidad epistemológica inagotable, y nuestras categorías son muy reduccionistas (2006a, p. 20).

Para o autor essa razão indolente se apresenta sob duas formas: a razão metonímica e a razão proléptica. A primeira se caracteriza por tomar a parte pelo todo, devido ao fato de ter “... un concepto de totalidad hecho de partes homogéneas, y nada interesa de lo que queda por fuera de esa totalidad. Entonces, tiene un concepto restringido de totalidad construido por partes homogéneas” (Santos, 2006a, p. 20).

Aqui esta idéia da totalidade como algo constituído de partes homogêneas se distancia por completo da abordagem da totalidade numa perspectiva marxista. Se pensarmos na totalidade marxista como uma síntese de múltiplas determinações, configurando uma realidade social que não totalizante, mas composta por fenômenos que se interinfluenciam continuamente, ainda que possuam autonomia relativa.

Ainda no debate dessa razão metonímica, Santos aponta que umas de suas características, tendo como implicação o “desperdício de la experiencia” (2006a, p. 20), seria que a mesma “contrae, disminuye, sustrae el presente” (IBIDEM). Estaríamos diante de uma concepção de presente reduzida, “precisamente porque la concepcion de

racionalidad que poseemos no nos permite tener una vision amplia de nuestro presente” (IBIDEM). Para o autor português,

[...] el presente es un momento, pero es un momento entre el pasado y el futuro, en el cual vivimos siempre, nunca lo hacemos en el pasado ni en el futuro. Entonces, este concepto de razón metonímica contrae el presente porque deja por fuera mucha realidad, mucha experiencia, y al dejarlas afuera, al tornarlas invisibles, desperdicia la experiencia (IBIDEM).

Por outro lado, Santos apresenta que a chama da razão proléptica ao buscar conhecer o presente pelo futuro, numa tentativa de conceber a realidade a partir do que ela poderia ser e não do que realmente tem sido. Segundo o sociólogo português,

nuestra razón occidental es muy proleptica, en el sentido de ya sabemos cual es el futuro: el progreso, el desarrollo de que lo tenemos. Es más crecimiento económico, es un tiempo lineal que de alguna manera permite una cosa espantosa: el futuro es infinito (...) a mi juicio, expande demasiado el futuro (2006a, p. 21).

A referida razão indolente apresenta então duas características segundo Santos. Como razão metonímica

[...] contrae, disminuye el presente; en cuanto razón proléptica, expande infinitamente el futuro. Y lo que les voy a proponer es una estrategia opuesta: expandir el presente y contraer el futuro. Ampliar el presente para incluir en él muchas más experiencias, y contraer el futuro para cuidarlo (2006a, p. 21).

Essas características apontadas por Santos são parte das teses pós-modernas de abandono da perspectiva de luta em longo prazo. Ampliação do presente e contração do futuro traz para a luta política o cancelamento de embates históricos de longo prazo, em nome de possíveis avanços no contexto imediato. Não se trata de projetar para um futuro que nunca chegue às possibilidades de melhorias das condições de vida, numa concepção de uma sociedade comunista como uma espécie de paraíso cristão em que reinaria a harmonia, o descanso eterno, enfim o reino da liberdade idílico. Por outro lado, o a contração do futuro cancela a perspectiva da necessidade de enfrentamento sistêmico à ordem do capital, algo que só se pode fazer em perspectivas mais ampliadas, salvo se partidários das teses explosivas, de revolução. O pano de fundo da teoria do sociólogo português é a impossibilidade de qualquer mudança sistêmica na ordem do capital.

Isso fica mais explícito quando o autor comenta a acerca de problemas com a racionalidade do ocidente que seria mais limitado que a racionalidade oriental. A razão central para a limitação da racionalidade ocidental para Santos (2006a, p. 22) e o fato de estar “... basa en la idea de la transformacion de lo real, pero no el la comprension de lo real”, e que a “... transformacion sin comprension nos está llevando a situaciones de desastre” (IBIDEM). Um golpe, ainda que não certo na 11ª tese de Feurbach de Marx³. Parece-me que, ainda que não declarado pelo autor, seu alvo é o marxismo e todo legado de Marx, algo comprovado em diversas passagens de sua obra⁴. Tome razão pós-moderna!

Essa crítica posta pelo autor português ao que chama de razão indolente apresenta outras implicações. Debatendo o que chama de dupla dicotomia e hierarquia posta por essa razão, decorrentes da suposta impossibilidade de pensar fora da totalidade, para o autor isso traria como consequência a impossibilidade de pensar o sul sem pensar no norte, o escravo sem pensar no senhor. Enfim, nosso autor defende que razão indolente não conseguiria pensar fora da totalidade e que seria preciso avançar nesse sentido, visto que

[...] hay cosas que están por fuera de esta totalidad: qué hay en la mujer que no depende de la relación con el hombre; qué hay en el sur que no depende de la relación con el norte; qué hay en el esclavo que no depende de la relación con el amo. Es decir, pensar por afuera de la totalidad. No es fácil, pero es lo que propongo, porque estas totalidades de reducción nos han conducido a esta contracción del presente (2006a, p. 22)

Aqui as proposições são no sentido de tomar relações de dominação sem relacionar dominantes e dominados. No caso da divisão internacional do trabalho entre países, querer abordar a especificidade da inserção de um país nessa ordem, desvinculado das relações internacionais nos planos político-econômicos, militares será negar até mesmo a existência de dominação e quicá do imperialismo. Ainda que haja especificidades e determinações internas a cada formação social, ou seja, o lugar que um determinado país na ordem mundial, assim como a análise de seu desenvolvimento não pode deixar de considerar os papéis que as classes sociais internas têm desempenhado, pensar o “sul” sem pensar o “norte”, o “escravo” sem pensar no “amo”, enfim pensar nos dominados sem abordar a relação de dominação tem sido um grande alento a própria dominação, reafirmando a incompetência dos dominados.

No debate epistemológico, Santos (2006a) afirma que o que chama de sociologia das emergências confronta com a razão proléptica, anteriormente debatida. Segundo o sociólogo português, esta sociologia das emergências promove uma ampliação simbólica de um pequeno movimento social, uma pequena ação coletiva, sem descredenciar seu potencial de mudança devido seu potencial de alcance. A sociologia das emergências produz:

[...] experiencias posibles, que no están dadas porque no existen alternativas para ello, pero son posibles y ya existen como emergencia. [...] No se trata de un futuro abstracto, es el futuro do cual tenemos pistas y señales [...]. La sociología de las emergencias es la que nos permite abandonar esa idea de un futuro sin límites y reemplazarla por la de un futuro concreto [...] (2006a, p. 31).

O marxismo de Boaventura ou melhor para Boaventura

A própria abordagem do legado marxiano feito por Sousa Santos não é isenta de problemas e simplificações. Esse debate muitas vezes se dá de forma extremamente simplificadora e empobrecedora da teoria marxista e marxiana. Diz que a idade de ouro do marxismo teria sido de 1890 e 1920, perdendo força a partir dos anos 1950 nos países centrais, visto que sua solidez teria se voltado contra si próprio (2006b, p. 28). Isso se deveu, para o pensador português, a densidade dos debates teóricos da tradição marxista em discrepância da:

mediocridade real do movimento socialista, desertado por uma classe operária muito diferente da que fizera a história do marxismo e estrangulado entre partidos comunistas que só muito tardia e incompetentemente descobriram as virtualidades dos regimes democráticos europeus e partidos socialistas que preferiram a gestão do capitalismo à transformação do capitalismo, e do mesmo passo, e com alguma coerência, dispensando, por anacrônica, a referência matricial do marxismo (2006b, p. 28).

Nesta curta passagem encontram-se indícios não de uma suposta fragilidade do pensador português, mas sim de deliberadas opções teórico-políticas ao analisar tais fatos

históricos. O questionamento de tais opções não é nosso objetivo, mas sim apresentar as conseqüências analíticas e práticas de tais opções para uma teoria política efetivamente crítica.

Segundo Santos nos anos 1980 a “solidez e a radicalidade do capitalismo ganhou ímpeto para desfazer o marxismo no ar e desta vez para o desfazer aparentemente com grande facilidade e para sempre” (2006b, p. 29). Apresenta uma série de elementos que caracterizaram as transformações porque passou o capitalismo em sua fase neoliberal, bem como mudanças culturais que acompanharam tais processos. A partir disso, vaticina que “todos esses fatores foram convergindo para transformar o marxismo, aos olhos de muitos, como pouco mais que um anacronismo” (IBIDEM).

Uma concepção de mundo que toma as relações sociais capitalistas como objeto não pode ter uma idade de ouro. As mudanças na sociedade serão acompanhadas por mudanças nas formas e conteúdos das análises. Realmente em outra conjuntura histórica, por uma séria de razões, o marxismo obteve maior espaço na luta política e teórica, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito da luta política de partidos e organismos na sociedade civil. A alegada divisão histórica das fases do marxismo foi causticamente questionada por Jose Paulo Netto (2004), dando diversos exemplos do anacronismo e simplificações que leitura do pensador português incorre.

Com isso, Santos começa a enfrentar um suposto determinismo economicista de Marx e do marxismo. Para referendar sua posição, o sociólogo português credita a Marx a seguinte concepção:

uma nova teoria da história, o materialismo histórico, nos termos da qual as sociedades evoluem necessária e deterministicamente ao longo de várias fases, segundo leis que muito sumariamente podem ser formuladas do seguinte modo: o nível de desenvolvimento das formas produtivas (o nível de desenvolvimento tecnológico e da produtividade do trabalho, etc.) determina e explica o conjunto das relações sociais de produção, ou seja, a estrutura econômica da sociedade; por sua vez, a estrutura econômica da sociedade, a chamada base econômica, determina e explica as formas políticas, jurídicas e culturais que dominam na sociedade, ou seja, a superestrutura (SANTOS, 2006b, p. 36).

Continuando este debate com o marxismo, Santos, afirma que o (suposto) reducionismo econômico marxiano é insustentável por duas razões. Primeiramente pelo fato de que

[...] a explicação pela estrutura econômica tende a transformar os fenômenos políticos e os fenômenos culturais epifenômenos, sem vida nem dinâmica própria, e como tal não permite pensá-los autonomamente, nos seus próprios termos, e segundo categorias que identifiquem a sua especificidade e a especificidade da sua interação com processos sociais mais globais (2006b, p. 38).

Para Santos (IBIDEM) esta limitação do marxismo ficaria mais latente em nosso tempo devido a “... crescente intervenção do Estado na vida econômica e social, da politização dos interesses setoriais mais importantes e, sobretudo, nas últimas décadas, de desenvolvimento dramático da cultura de massas e das indústrias culturais”. Para o autor, fica difícil aceitar o dito “reducionismo econômico”, porque na medida em que “... avançamos na transição paradigmática, é cada vez mais difícil distinguir entre o econômico, o político e o cultural “... (2006b, p. 38.)

Nesse momento, Santos se vale dessa interpenetração das dimensões econômicas, políticas e culturais para defender que o marxismo, por ficar preso a dimensão econômica,

teria perdido o potencial explicativo. É curioso que o autor faz afirmações que num primeiro momento são aceitáveis. Contudo, tais movimentos e novos elementos apontados por Sousa Santos não se relacionam em seu texto com embates entre projeto societários. É como se a crescente intervenção do Estado, o desenvolvimento da cultura massas, e indústria cultural não fossem frutos dos projetos societários, e, sobretudo das mudanças porque passou o projeto capitalista e a atuação do conjunto da burguesia ao longo dos últimos 30 anos.

Aqui Santos toma o marxismo vulgar para criticar a obra de Marx, quando o autor do *Capital*, já na Introdução à Crítica da Economia Política de 1857 afirma que

cada forma de produção gera as suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc. Muita ignorância e muita incompreensão se revelam no fato de se relacionar apenas fortuitamente fenômenos que constituem um todo orgânico, de se apresentar as suas ligações como nexos puramente reflexivos (Marx, 1857, s.p.)

Continuando Marx lembra que “A produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (Ibidem). Nessas duas passagens encontramos toda refutação de uma visão determinista e congeladora do real. Aqui a produção social da existência não é parte determinante ou determinada das/pelas relações políticas/culturais. São processos que interinfluenciam continuamente.

Ainda com o autor do *Capital* temos outra formulação que serve para contestar esse suposto economicismo reducionista que lhe é atribuído por Santos. O primeiro parágrafo da seção 2 da parte primeira- O PROCESSO DE TROCA- começa com uma bela afirmação de Marx (2001, p. 109).

não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus donos ou responsáveis. As mercadorias são coisas; portanto, inertes diante do homem. (...) Para relacionar essas coisas umas com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportar-se reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. (...) Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente constituído ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica.

Aqui fica explícito que Marx trata, sobretudo de uma relação social sem sobre-determinação ou reflexo do econômico. Alias, sequer existe em Marx um econômico puro. A noção de relação social perpassa sua obra. Como afirma José Paulo Netto (2004), o Marx de Sousa Santos é um determinista, evolucionista e positivista *avant la lettre*, ainda que tais posições do autor português se deem com desprezo a textualidade marxiana.

Contudo, para o marxismo, a interpenetração da política e economia não se dá apenas na retórica, mas no instrumental de análise. A economia não é apenas mundo da produção material/fábrica. Na verdade são as formas sociais de produção da existência onde a burguesia e trabalhadores se inter-relacionam, os primeiros na condição de donos dos meios de produção e os últimos como vendedores da força de trabalho para poderem reproduzir-se socialmente. A suposta complexificação de nosso tempo é utilizada por Sousa Santos para não enfrentar as mudanças nas formas de relação entre capital e trabalho e como nosso tempo se caracteriza por um aumento da exploração dos trabalhadores nesse processo, ainda que este seja apontado pelo autor.

Como mostra Ellen Wood (2003), tanto a metáfora base e superestrutura, como a separação economia e política é algo que traz mais problemas que soluções ao marxismo. Mais do que isso, tal separação é estritamente funcional à dominação burguesa por separar a apropriação da mais valia do conjunto da vida social e mantê-la como questão puramente econômica. Segundo Wood (2003, p. 28), a distinção central do projeto marxiano da economia política clássica estaria no fato que não cria cisões nítidas entre as esferas políticas e econômicas, sendo possível "... as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de relações incorpóreas, mas, assim, como a esfera política, como um conjunto de relações sociais".

Ellen Wood (2003, p. 28) alerta que

isso nem sempre foi verdade no marxismo depois de Marx. De uma forma ou de outra e em graus variados, os marxistas adotaram modos de análises que, implícita ou explicitamente, tratam a 'base' econômica e a 'superestrutura' legal, política, e ideológica que a 'reflete' ou 'corresponde' a ela como coisas qualitativamente diferentes, esferas mais ou menos fechadas e 'regionalmente' separadas. Isso é verdade principalmente com relação às teorias ortodoxas de base-superestrutura. (...) Tais formulações conseguem apenas reforçar a separação espacial entre as esferas.

Nesse sentido, a referida separação entre economia e política não se apreende a especificidade das relações sociais do regime do capital. Formalmente e talvez fenomenicamente há uma separação entre economia e política. Isso pode ser observado pela idéia de que "poder 'econômico' esteja separado dos instrumentos de coação política que o impõem (...)" (WOOD, 2003, p. 37). Contudo, essa separação não se processa na realidade concreta uma vez que o poder de apropriação da mais valia está intimamente ligada e integrada com a autoridade de organizar a produção, até porque como lembra Wood (2003), a perda da mais valia é pré-condição imediata de produção. É aqui que radica a especificidade do funcionamento da sociedade capitalista. Diante disso, ainda com essa autora temos que:

o capitalismo tem a capacidade única de manter a propriedade privada e o poder de extração de excedentes sem que o proprietário seja obrigado a brandir o poder político no sentido tradicional. O Estado- que é separado da economia, embora intervenha nela- pode aparentemente pertencer (por meio de sufrágio universal) a todos, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador (2003, p. 43).

Boaventura e sua abordagem sobre classes sociais

A concepção de classe social e seu lugar nas lutas sociais e nas próprias relações sociais capitalistas aparecem em Santos em diversos momentos de sua obra. É possível apreender sua concepção de classe social no bojo de suas considerações acerca de diversos tópicos. Em sua abordagem sobre o Estado, sociedade civil, lutas sociais, epistemologia, democracia são diversos os momentos que estão expostos considerações acerca das classes sociais.

Debatendo o papel do Fórum Social Mundial (FSM) como um articulador de lutas políticas contra formas variadas de opressão, Santos afirma que tal experiência tem servido para ampliar a concepção acerca do poder e das formas variadas de opressão. Polemizando especificamente com o marxismo, por, na visão do autor, centrar-se em "una sola forma de

opression o dominacion: la del capital-trabajo” (Santos, 2006, p. 52), defende que o FSM tem desempenhado um papel pedagógico ao informar e formas que há

diferentes formas de opression y de poder: quizás no es posible determinar, en general, para todo el mundo, **lo que es más importante en toda lucha**. Los que están en los movimientos y las asociaciones saben que, a veces, **la prioridad de una lucha y de una forma de opresión no se determina en general sino contextualmente, en las condiciones concretas** (IBIDEM, grifo nosso).

Realmente na luta diante de uma opressão concreta não há que se determinar a priori qual será seu foco. Contudo, a questão do marxismo não é negar que haja formas de opressão na sociedade que transcendem a exploração do trabalho, para extração de mais valia. O ponto nevrálgico do marxismo é, primeiro, apontar que tais opressões são potencializadas pela exploração de classe, ou seja, as múltiplas formas de opressão são radicalmente mais agudas no contexto de pobreza, esta sim decorrente da exploração da força de trabalho, seja vendendo sua força de trabalho ou como membro do exército industrial de reserva. Segundo, outras opressões são plenamente capazes de serem enfrentadas mantendo a exploração do trabalho (Wood, 2003). O preço diferente pago pela mão de obra feminina em muitas profissões não é apenas decorrente de machismo, mas também porque isso permite uma maior lucratividade com a diminuição dos custos da força de trabalho. Ainda que fosse possível equiparar salários, como têm sido a justa luta das feministas, isso implicará em rebaixamento da taxa de lucro do capital caso não venha acompanhada de um aumento da produtividade no processo de trabalho. A lei da taxa de lucro é um princípio sacro santo do capital.

É claro que isso não serve para enfrentar problemas como homofobia, preconceito contra idosos. Contudo, querer fazer o debate acerca dos direitos indígenas no uso do solo sem vincular isso ao papel que a terra pode ter como bem econômico, sobretudo em certas regiões preñes de diversos tipos de riquezas naturais, é esconder uma questões de economia-política sob a capa de um debate culturalista desencarnado de uma dimensão identitária.

Para justificar essa pluralidade de formas de opressão na sociedade contemporânea, Santos (2006a), afirma que haveria seus espaços tempos estruturais onde se gerariam seis formas distintas de poder. Essas são:

el espacio-tiempo doméstico donde la forma de poder es el patriarcado, las relaciones sociales de sexo;

- el espacio-tiempo de la producción, donde el modo de poder es la explotación;
- el espacio-tiempo de la comunidad, donde la forma de poder es la diferenciación desigual, entre quien pertenece a la comunidad y quienes no;
- el espacio estructural del mercado, donde la forma de poder es el fetichismo de las mercancías;
- el espacio-tiempo de la ciudadanía, lo que normalmente llamamos el espacio público: ahí la forma de poder es la dominación, el hecho de que hay una solidaridad vertical entre los ciudadanos y el Estado;
- el espacio-tiempo mundial en cada sociedad, que está incorporado en cada país, donde la forma de poder es el intercambio desigual (2006, p. 52- 53).

Após essa apresentação nosso autor se dedica a justificar sua opção. Primeiro considera que essas não seriam as únicas formas de opressão, mas que as selecionadas são instrumentos analíticos que podem se tornar como mecanismos de produção de poder e de saber. Assim, patriarcado, exploração, fetichismo das mercadorias, diferenciação desigual, dominação e intercâmbio desigual cumpririam essa função, segundo nosso autor.

Nessa divisão aparentemente sem maiores conseqüências, fica explícito como o método de análise de Santos implica numa fragmentação que não apreende as relações sociais capitalistas como uma síntese de múltiplas determinações, como dizia Marx. Menos do que uma cobrança de fidelidade a um cânone, algo sem sentido, o relevante nessa posição são os desdobramentos para ação política concreta dos movimentos insurgentes.

Quando o autor põe em momentos diferentes o espaço tempo da produção, assentado pela exploração trabalhador mediante extração do trabalho excedente, com o espaço tempo do mercado, marcado pelo fetichismo de poder, assim como a idéia de espaço tempo mundial em cada sociedade, devido às relações assimétricas de poder, com intercâmbios desiguais entre os países, fica explícito que cada forma de opressão, para usar um termo do autor, não se vincula a um projeto societário. A separação entre exploração, fetichismo das mercadorias e desenvolvimento desigual e combinado entre os diversos países no capitalismo mundial não é algo que pode ser separado. Se mencionarmos o que chama de espaço tempo da cidadania, onde haveria uma forma de dominação a partir das relações verticais entre cidadãos e Estado, aqui não haveria dominação de uma classe via Estado, mas sim uma dominação do próprio Estado. Por isso, que a proposta da nova teoria política do autor se assente em "... una democracia radical de alta intensidad, sabemos que será solamente através de democratizar todos los espacios" (Santos, 2006a, p. 53). A tese democratizar o mercado, o Estado, as relações desiguais entre os países, a produção tomados como instâncias separadas além de inócua, serve como um horizonte rebaixador das lutas dos trabalhadores. Democratizar o mercado é aceitar a propriedade privada dos meios de produção? É aceitar as relações sociais de extração de mais valia?

Após apontar o lugar das classes sociais e suas lutas no seio das relações sociais capitalistas como ponto relevante da tradição marxista, Santos aponta que tais relações de classe teriam não apenas "a primazia explicativa da sociedade capitalista como a primazia transformadora desta" (2006b, p. 39), mas que começam a perder tanto ambas as primazias, sobretudo, a transformadora, embora a explicativa para nosso autor deva ser vista com muito cuidado em nosso tempo. Para sustentar tais posições aponta que as classes sociais apresentam hoje uma maior complexidade do que Marx previu, sobretudo, com a constituição de frações das classes burguesas e trabalhadoras, e a configuração do que ele chama de classe média.

Outra dimensão apontada por Santos (2006b, p. 30) como contribuinte da diminuição do potencial explicativo do marxismo seria a questão acerca da "primazia ou não economia, das relações de produção ou das classes na explicação dos processos de transformação social". O principal embate deva-se com teóricos que viam "o papel do Estado e dos fatores políticos em geral como demasiado importante para poder ser considerado apenas um epifenômeno da economia" (IBIDEM). Aqui temos um ponto central: o Estado começa a aparecer na obra de Sousa Santos como instância separada das relações sociais entre as classes. Sua posição nos levaria a defesa de que o Estado seria demasiado amplo para poder ser influenciado por essas relações econômicas. Haveria assim uma perda de centralidade da economia para o Estado. Duas posições extremadas que não contempla a relação entre economia e política.

Quando o sociólogo português chama atenção para a crescente intervenção do Estado na vida social e econômica e tenta defender ser essa um dos exemplos das

limitações do que chama de reducionismo economicista fica latente sua tentativa de apresentar o Estado separado dos conflitos de classe na sociedade capitalista. A intervenção do Estado aparece não como fruto dos embates e mudanças no projeto societário, mas sim como umas mudanças que o Estado gerou a si a próprio. Isso é notório também quando defende que apenas um Estado forte para promover seu enfraquecimento, para comentar as teses de minimização do Estado no projeto neoliberal. Tal análise confere ao papel do Estado na sociedade capitalista uma autonomia dos projetos societários. O Estado se enfraquece ou fortalece não pela relação do seu papel nas relações sociais capitalistas⁵.

Para Santos, devido o declive de todo poder regulador que está submetido o Estado, torna obsoleta toda a teoria de Estado, tanto a liberal quanto a marxista. Para isso afirma que:

La despolitización del Estado y la desestatalización de la regulación social inducidas por la erosión del contrato social indican que bajo la denominación “Estado” está emergiendo una nueva forma de organización política más amplia que el Estado: un conjunto híbrido de flujos, organizaciones y redes en las que se combinan y solapan elementos estatales y no estatales, nacionales y globales. El Estado es el articulador de este conjunto (2005, p. 48).

Nesse caso podemos apontar que a alegada despolitização do Estado não se dá por processo natural, sendo social, e principalmente politicamente produzida, ou seja, está diretamente vinculada a consecução do atual projeto histórico capitalista.

Essa nova forma de organização política mais ampla que o Estado, apontada por Sousa Santos é apresentada como um “conjunto heterogêneo de organizações e fluxos, sem um centro: a coordenação do Estado funciona como imaginação do centro” (2005, p. 48). Continuando, nosso autor apresenta ser o Estado uma “...relación política parcial y fracturada, abierta a la competencia entre los agentes de la subcontratación política y por la que transitan concepciones alternativas del bien común y de los bienes públicos” (Santos, 2005, p. 49). Além disso, o Estado seria um marco de lutas das forças democráticas pela “... por la democracia redistributiva y convertir al Estado en componente del espacio público no estatal. Esta última transformación del Estado es la que denomino *Estado como novísimo movimiento social* (IBIDEM).

Aqui o Estado assume uma função acima dos conflitos e lutas de classes, apenas coordenando tais enfrentamentos. Mais ainda, tal processo não teria um centro, ou seja, sem uma direção política e um projeto que conformaria a atuação do aparelho estatal de uma determinada forma com determinados objetivos. A perda da idéia de um projeto societário é fundamental para a dominação burguesa ficar escondida sob a aparência de um processo anárquico. O reconhecimento da existência de lutas e conflitos não se traduz em embates entre projeto societários. Assim,:

...antes que una materialidad institucional y burocrática, el Estado está llamado a ser el terreno de una lucha política mucho menos codificada y reglada que la lucha política convencional. (...) Y será también en este marco donde las fuerzas democráticas deberán luchar por la democracia redistributiva y convertir al Estado en componente del espacio público no estatal. Esta última transformación del Estado es la que denomino *Estado como novísimo movimiento social*. (...) Las funciones de coordinación deben tratar sobre todo con intereses divergentes e incluso contradictorios. Si el Estado moderno asumió como propia y, por tanto, como interés general una determinada versión o composición de esos

intereses, ahora el Estado se limita a coordinar los distintos intereses, unos intereses que no son sólo nacionales sino también globales o transnacionales (Santos, 2005, p. 49, grifo original).

A própria configuração do que seja classe social é um tema importante que pode orientar não apenas a contraposição as posições de Santos, mas de grande parte da esquerda não marxista. Como lembra Ellen Wood (2003, p. 73), é comum o que a autora chama de concepção geológica de classe. Nessa concepção, busca-se definir classe a partir de um local ocupado visivelmente no mundo do trabalho; enfim, “uma camada numa estrutura hierárquica diferenciadas por critérios ‘econômicos’ como renda, ocupação, oportunidades no mundo trabalho”. Aqui classe não se vincula a uma relação social que a engendra, mas sim a uma estrutura e um lugar ocupado no mundo trabalho.

Por outro lado, Wood defende, a partir de um debate com Edward Palmer Thompson, tomar classe social como resultado da relação entre apropriadores e produtores de mais valia, determinada pelas formas variadas em que tais processos se dão. Segundo a autora, para o marxismo o “foco está na relação social em si, na dinâmica da relação entre apropriadores e produtores, nas contradições e nos conflitos que explicitam os processos sociais e históricos” (2003, p. 73).

Para esta autora, esta segunda concepção de classe social segue a esteira da tradição inaugurada por Marx e Engels. Isso se deve ao fato de que:

[...] os que adotam o tipo de definição estrutural (...) não têm meios de demonstrar a eficácia da classe na ausência de formações conscientes de classe claramente visíveis, nem de oferecer uma resposta efetiva à alegação de que classe é nada mais que um constructo teórico, ideologicamente motivado e imposto sobre a evidência histórica (WOOD, 2003, p. 75).

Ainda debatendo diretamente com Thompson, especificamente com o conceito de experiência para se apropriar dos processos de formação da classe, Ellen Wood afirma que “para ‘experimentar as coisas nas formas de classe, as pessoas devem ser objetivamente distribuídas em situações de classe: mas isso é só o início, e não o final da formação da classe” (2003, p. 77).

Tendo isso como balizador, a análise da formulação de Santos de que a classe teria perdido o potencial explicativo e/ou transformador só pode ser aceita se aceitarmos uma idéia de classe como algo localizado estruturalmente, e classe só existiria em contextos em que processos de consciência de classe estivessem visíveis mediante a luta de organismos como sindicatos e partidos políticos vinculados a luta dos trabalhadores. No momento em que tal processo deixa de ocorrer por uma série de razões, apressadamente os apologistas indiretos da ordem, para usar um termo de Luckács, apresentam a perda de centralidade da classe. Ou seja, classe só existiria em contextos em que houvesse consciência de classe.

A experiência da apropriação de mais valia é algo visível no caso do trabalhador de fábrica e/ou comércio de uma grande ou média empresa. Contudo, como tal processo é sentido apenas de forma indireta por um trabalhador no setor de serviços num escritório ou então de forma ainda menos direta para um vendedor ambulante que em tese não trabalhe para ninguém- como se diz no Brasil, trabalhe por conta própria.

O que é concretamente dificultado é a elaboração de consciência de classe em processos de extração de mais valia que se apresentam de maneira que aparentemente não estão vinculados. Contudo, isso não implica em negar que os processos de que engendram a formação de classes na sociedade capitalista- relação social entre apropriador e produtor de mais valia- não estejam operando nos casos em questão. Como afirma Ellen Wood: “A questão fundamental é que o peso de uma teoria marxista de classe deve recair menos na

identificação das ‘localizações’ de classe do que na explicação dos processos de formação de classe” (WOOD, 2003, p. 77).

Santos contesta a tese de Marx de pauperização absoluta da classe trabalhadora imposta pelas relações sociais capitalistas, uma vez que para nosso autor, “**a integração em relações sociais capitalistas foi muitas vezes considerada menos opressiva do que a exclusão delas (...)** (2006b, 39, grifo nosso)”. Aqui Santos ignora que na sociedade capitalista a integração às relações sociais não se dá por opção, ou seja, se não for vendendo sua força de trabalho o conjunto dos trabalhadores não poderá garantir sua existência. A exclusão das relações sociais capitalistas mostra-se hoje muito dificultada pela generalização dessas relações, restando como possibilidade apenas a inclusão forçada. Por outro lado, a exclusão se dá simplesmente pela descartabilidade que o capital impõe a uma parcela insignificante à sua reprodução ampliada.

Outra afirmação de Santos seriam os compromissos de conciliação de classes promovidas pelo Estado de bem estar na Europa durante os anos de ouro do capitalismo. Por isso, afirma que “tanto a primazia explicativa quanto a primazia transformadora das classes estejam hoje a ser radicalmente questionadas” (Santos, 2006b, p. 41) sendo muito mais fácil defender a primazia explicativa do que a transformadora visto que seria duvidoso que a própria classe operária “**teria interesse no tipo de transformação socialista que lhe foi atribuída pelo marxismo, e mesmo admitindo que tenha esse interesse, é duvidoso que tenha capacidade para o concretizar**” (IBIDEM, grifo nosso).

Interessante é que a abordagem das transformações proporcionadas pela classe só se relaciona a transformação socialista. As mudanças que as ações políticas da burguesia, enquanto classe social, não são consideradas indícios da capacidade transformadora da categoria classe social em nosso tempo. A cegueira que a ação política da burguesia leva a desconsideração da categoria classe social.

Conclusão

Os dados apontados nessa pesquisa inicial apontam para o papel logrado pela obra do referido autor na batalha no campo das idéias. É preciso ficar claro e reforçar a defesa de que não se trata de um debate valorativo ou mesmo de cunho depreciativo da obra do referido autor. A pujança da obra de Santos desautoriza qualquer tentativa prévia de desqualificação da qualidade da mesma. O debate é teórico político de concepções que se embatem. Aqui residirá alguma relevância e qualidade de minhas proposições. Como lembra José Paulo Netto (2004), ao analisar a abordagem da obra marxiana e do marxismo feita por Santos, embora sejam débeis e frágeis, isso se dá por deliberada opção política e teórica do autor, visto já ter dados provas de competência intelectual em diversos trabalhos, “não podendo ser posto na conta de um suposto deslize do autor” (2004, p. 230). Esse esquematismo apontado por Netto permite a Santos elaborar uma concepção antimarxista sem grandes esforços e com alguma autoridade e reconhecimento como advinda de um intelectual de “esquerda”. Isso tem um grande impacto na luta política concreta pela “autoridade” que Santos possui no âmbito da esquerda latino americana. Se após a segunda guerra mundial vivemos um período marcado pela guerra fria, o final do século XX e início do século XXI podem ser caracterizados pela segunda guerra fria. Se antes a marca central era o anticomunismo histórico, hoje nota-se um antimarxismo de diversas matrizes, como lembra Eric Hobsbawm em sua autobiografia *Tempos Interessantes* (2005).

Se tomarmos os textos de Marx, Engels, Lenin, Gramsci como oráculos que irão revelar a verdade, podemos concordar com o autor português. Contudo, se tivermos a prudência de considerar e apreender o central da obra desses autores, veremos que suas contribuições estarão no método de análise de sua realidade concreta, assim como a solução de problemas contemporâneos não deverão ser buscados em sentido revelatório nos clássicos. Lá estarão pistas de compreensão das dinâmicas que conformam o Estado capitalista, os movimentos da burguesia e de suas frações para consolidar sua dominação sobre o conjunto da classe trabalhadora, as novas formas de gestão do trabalho pela burguesia no sentido de racionalizar e potencializar a extração de mais valia, os mecanismos de obtenção do consenso dos dominados ao projeto dominante. Essas pistas sem dúvida podem ser encontradas nos clássicos do marxismo. A transformação disso em uma visão de futuro acerca dos desenvolvimentos da sociedade capitalista, das formas em que se apresentarão as classes sociais em luta, os movimentos das frações das classes dominantes e dominadas demandarão grandes esforços dos sujeitos políticos de nosso tempo. Não é justo nem sincero cobrar dos clássicos uma visão de futuro sobre um tempo que eles sequer viveram.

O Marx de Sousa Santos, para usar uma expressão de Netto (2004) não é apenas uma análise incompetente, embora deva-se ressaltar que isto não seja tributado a despreparado do autor, que já deu seguidas provas da densidade de sua obra, mas sim de opções teórico-políticas. Como parte de um projeto teórico-político, essas posições de Sousa Santos têm um papel pedagógico central de buscar difundir e incutir no seio da esquerda militante em diversos âmbitos da vida social (partidária, acadêmica, nos movimentos sociais e etc...) um antimarxismo. Pelo volume das vendas de seus livros no Brasil temo que tal missão esteja sendo cumprida a contento, com pouquíssimas resistências no cenário acadêmico. Como afirma Netto (2004, p. 238), as posições de Sousa Santos contribuem para reforçar "... preconceitos ignorantes em face da teoria marxiana" ao nos apresentar um "... Marx tão deformado e empobrecido e um marxismo tão miserável".

Não são necessários grandes esforços para demonstrar que o economicismo atribuído por Santos a Marx e ao marxismo indistintamente é algo que não resiste ao debate e a textualidade da obra marxiana e de seus principais comentadores. Tal empreendimento de Santos deve ser atribuído a sua missão teórica política na esquerda de depurar a influência do legado marxista e marxiano no seio da esquerda em diversos âmbitos da vida social, desde a militância partidária, em movimentos sociais, na esfera acadêmica. Esse antimarxismo refinado conta com outras expoentes na cena acadêmica contemporânea. Talvez numa divisão internacional do trabalho (teórico) Santos seja o responsável por essa missão na América Latina, apreendido pela maior circulação de sua obra nos países latino-americanos que nos países centrais. A crítica de Boaventura de Sousa Santos em muitas de suas obras a diversos aspectos da sociedade burguesa se dá numa linha de uma busca por humanização da exploração capitalista. Tanto que o neoliberalismo é muito mais objeto de sua crítica do que o próprio capitalismo.

O relevante será ter apreendido as pistas deixadas na obra do pensador lusitano para a afirmação de uma posição supostamente crítica, mas que se torna amplamente funcional a ordem do capital.

Referências:

HOBBSAWM, Eric **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da Economia Política**. Disponível em <http://antivalor.vilabol.uol.com.br> Acesso em 20-03-2007. 1857.

_____. **O Capital. Livro 1; Volume 1: o processo de produção do capital**. 18º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

MELO, Marcelo Paula de. BOAVENTURA E UMA NOVA TEORIA DE ESTADO? In: **Anais do I Colóquio Nacional de hegemonia e Contra hegemonia**. Salvador: UFBA, 2008.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: _____. **Marxismo Impenitente**. Contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 223-241.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Introdução Geral à Coleção. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Democratizar a democracia: caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 13-27.

_____. **Reinventar la democracia e reinventar el Estado**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

_____. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social** (encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires-AR. CLACSO, 2006a.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11º Ed. São Paulo: Cortez; 2006b.

WOOD, Ellen Meikisins. **Democracia contra capitalismo: renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy. (orgs). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ediotr, 1999. PP.7-22.

Notas:

¹ Doutorando em Serviço Social (UFRJ). Pesquisador do Coletivo de Estudos de Política Educacional (EPSJV-Fio Cruz). Email: marcelaomelo@gmail.com

² <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/cv-e-nota-biografica.php>

³ “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo” (Marx). Original de 1845.

⁴ Para uma crítica da abordagem e reducionismo do legado marxiano feita por Sousa Santos, ver Netto (2004).

⁵ Por economia de espaço não será enfrentado o debate sobre a Teoria de Estado em Sousa Santos e suas aproximações da concepção neoliberal de terceira via. Tal tarefa foi realizada em Melo (2008).

Artigo recebido em: 01/12/09

Aprovado em: 02/05/10